



INTERNATIONAL CENTRE FOR
TRADE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



14 de abril de 2008

Vol. 3 No. 7

NOTÍCIAS MULTILATERAIS	1
Hora da verdade para os Membros da OMC: produtos sensíveis na pauta	1
FMI: mudança no sistema de votos é modesta, mas benéfica ao Brasil	2
NOTÍCIAS REGIONAIS	4
Brasil estreita relações bilaterais com Argentina e México	4
Aniversário de 17 anos do Mercosul: ainda há muito a ser resolvido	5
BREVES MULTILATERAIS	6
Banco Mundial lança plano alimentar	6
Negociações sobre mudanças climáticas: tecnologias e propriedade intelectual na mesa de negociação	7
BREVES REGIONAIS	8
Levantamento do embargo europeu à carne brasileira é criterioso	8
CEPAL analisa impacto de Tratados de Livre Comércio em regimes de propriedade intelectual latino-americanos	9
EVENTOS	10
INFORMAÇÕES ÚTEIS	12

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Hora da verdade para os Membros da OMC: produtos sensíveis na pauta

Em mais um capítulo da Rodada Doha de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), exportadores e importadores agrícolas chegaram a um texto que pode vir a ser o acordo sobre expansão do comércio para produtos agrícolas sensíveis.

No dia 4 de abril, os seis países que apoiaram a iniciativa – Austrália, Brasil, Canadá, Japão, União Européia e Estados Unidos da América – apresentaram a proposta aos demais Membros da OMC, ocasião na qual também revelaram dados que apontam para uma possível extensão do acesso a mercados.

Apesar do presidente das negociações agrícolas ter descrito a nova proposta como “um avanço significativo”, ainda não é certo que ela será apoiada pela maioria dos Membros da OMC. Diversas delegações criticaram a complexidade matemática da proposta durante as negociações iniciais sobre o tema.

A questão dos produtos sensíveis tem travado, há já algum tempo, o processo de negociação de um acordo quadro para o comércio agrícola e de bens industriais. Apesar do tema ser extremamente técnico e confuso, é de importância crucial para o desenvolvimento das negociações. Alguns países exportadores afirmam que qualquer ganho em acesso a mercados nas negociações agrícolas será, em grande medida, determinado pelo modo como a questão será resolvida.

Membros poderão sofrer cortes tarifários menores para produtos designados como sensíveis em troca de quotas tarifárias maiores. Eles devem decidir, entretanto, a percentagem das linhas tarifárias que poderá ser considerada sensível: a proposta mais recente sugere que este número seja de 4 a 6% para países desenvolvidos.

Apesar dos Membros aceitarem que os níveis de consumo doméstico devem servir como base para o cálculo das futuras quotas de importação, eles ainda encontram dificuldades em representar os dados de

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva “inscrição” e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

consumo (ver Pontes Quinzenal, v. 3, n. 5, 18 mar. 2008, disponível em: <http://www.ictsd.org/pont_quinze/08-03-18/art1.htm>).

Outro tema controverso tem sido o processo de definição da participação de produtos processados no consumo doméstico. Países eficientes em produção – interessados em exportar produtos relativamente pouco processados, como o açúcar e a farinha – não se mostram felizes com relação ao fato da inclusão de produtos mais altamente processados – como bebidas doces e biscoitos – poder resultar na diminuição dos dados de consumo para bens não processados (e, conseqüentemente, das futuras quotas). Por outro lado, países que procuram minimizar a importação de açúcar parecem estar interessados em qualificar o maior número possível de produtos provenientes do açúcar como processados, o que reduz a fração do consumo alocada para produtos não processados.

Um texto de compromisso?

Em linhas gerais, o compromisso acordado entre os “amigos do presidente” (*friends of the chair*) requer que a maior parte do consumo doméstico – ao menos 90% – seja calculada como não processada. Os produtos processados, por sua vez, representariam somente a parte restante.

Para produtos sensíveis designados com base em oito dígitos do sistema harmonizado, a proposta estabelece um método para o cálculo da quantidade equivalente de produtos primários que determinado produto contém. Por exemplo, 100 gramas de um laticínio à base de manteiga devem conter o equivalente a 60 gramas de manteiga. Esse último valor poderia, então, ser adicionado ao consumo doméstico total de manteiga para possibilitar o cálculo final da expansão da quota tarifária.

Os seis países proponentes da nova iniciativa – dos quais dois buscam maximizar o acesso a mercados e quatro, proteger o caráter sensível das importações – concordaram em dividir 481 linhas tarifárias em categorias como: cevada, trigo, manteiga e sorvetes. Essas categorias foram, então, novamente divididas em produtos “fundamentais” – em geral produtos não processados que contêm parte processada, como a manteiga – e produtos “não fundamentais”, mais processados. O objetivo dessa estratégia foi assegurar que a maior parte das estimativas para consumo doméstico dos países fosse qualificada como *commodities* relativamente básicas.

Fontes relatam que alguns países exportadores que fazem parte do grupo *friends of the chair* estão insatisfeitos por acreditarem que seus interesses exportadores não foram considerados na proposta. O

texto seria, assim, um acordo entre alguns exportadores e importadores e seus resultados refletiriam somente determinados interesses. O grau de abertura de mercado está fora das expectativas dos países que não fazem parte do grupo.

O novo documento também estabelece que, antes que um acordo sobre modalidades seja alcançado, os Membros devem especificar previamente qualquer produto a ser sub-categorizado ou sub-alocado, ou seja, antes de um acordo sobre agricultura e bens industriais.

Os países que fazem parte do grupo *friends of the chair* continuam a reunir-se bilateralmente para determinar o acesso a mercados específico para cada produto. O momento foi descrito como sendo “a hora da verdade” para as negociações, quando as posições dos Membros finalmente devem tornar-se mais claras.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest* Vol. 12, No. 12, 11 abr. 2008.

FMI: mudança no sistema de votos é modesta, mas benéfica ao Brasil

O Brasil foi um dos maiores beneficiados por um projeto de reforma, aprovado pela Diretoria Executiva do Fundo Monetário Internacional (FMI) no último dia 28 de março, que introduziu mudanças nas quotas e distribuição dos votos dos Membros do Fundo. A alteração, que estabelecerá uma nova fórmula para a atribuição de poder de voto, encontra-se inserida em um processo mais amplo de reforma da instituição, que busca restaurar sua autoridade e credibilidade diante das críticas e questionamentos contundentes das quais tem sido objeto nos últimos anos.

54 países tiveram suas quotas aumentadas, grande parte dos quais são países em desenvolvimento (PEDs). O Brasil foi um dos beneficiados, com um aumento de 40% na quota efetiva. Isso significa que seu poder de voto passou de 1,4% para 1,7% – o que representa o quarto maior ganho entre todos os Membros, depois de China, Coréia e Índia. Com tal mudança, o Brasil passará da 18ª a 15ª posição, relativamente ao poder de voto.

A nova fórmula para a definição do poder de voto dos Membros passa a dar maior peso ao Produto Interno Bruto (PIB) em detrimento das demais variáveis consideradas (abertura, variabilidade, reservas), além de incorporar o cálculo do PIB segundo a paridade do poder de compra. No conjunto, a nova fórmula tem por conseqüência o fortalecimento da posição das grandes economias emergentes de mercado, cujos volumosos

PIBs não eram, até então, apropriadamente considerados.

Também foram favorecidos os pequenos países, em virtude da triplicação dos chamados votos básicos – votos que são atribuídos de forma igual a todos os Membros, em oposição à votação proporcional à quota-parte. Tais votos haviam sido diluídos ao longo dos anos e não representavam mais do que 2,1% do poder de voto total, diante dos 11% originalmente estabelecidos em 1944. Também nesse ponto o Brasil foi favorecido, pois sua Diretoria, composta por outros 8 países latino-americanos, deverá ter seu poder de voto aumentado de 2,4% para 2,8%.

Contudo, a implementação do aumento das quotas e da nova fórmula depende ainda de aprovação pela Junta de Governadores do FMI, o que requer a anuência de 3/5 dos países Membros, contando com 85% dos votos. Tal votação deverá ocorrer até 28 de abril. Em um segundo momento, será ainda necessária a abertura de um processo de ratificação formal das alterações ao Estatuto do FMI, devendo a nova fórmula entrar em vigor em 31 de outubro.

Afirma-se que a proposta traz as mais significativas alterações ao sistema de votação do Fundo desde sua criação, em 1944. Entretanto, o próprio Diretor-Geral do FMI, Dominique Strauss-Kahn, admite que a proposta está longe de refletir em termos de poder de voto a realidade econômica do mundo – não atende, desse modo, à principal reivindicação dos países emergentes. Por outro lado, Strauss-Kahn entende que sua adoção seria o único meio de avançar neste momento, a única alternativa politicamente possível, além de ser melhor do que não aprovar mudança alguma. Países como o Brasil, que negociavam uma alteração mais significativa no sistema de votos, terminaram por aderir ao argumento pragmático de Strauss-Kahn, deixando para o futuro a aprovação de alterações mais profundas – a proposta inclui a revisão periódica das quotas a cada cinco anos. Mesmo assim, países como Argentina, Egito, Rússia, Iran e Arábia Saudita abstiveram-se da votação por terem sido afetados negativamente pelas novas atribuições de quotas.

Dois dias antes da votação, em 26 de março, um grupo de especialistas atuantes em organizações de ajuda ao desenvolvimento sediadas em Washington enviou uma carta aos executivos do FMI expressando sua forte rejeição à proposta. Para eles, uma transferência global de apenas 1,6% dos votos dos países desenvolvidos aos PEDs não seria ambiciosa o bastante para restaurar a posição do FMI como uma organização verdadeiramente global. Tais especialistas entendem que a legitimidade do Fundo perante os PEDs permaneceria comprometida, o que seria

inadmissível em um momento em que a própria existência do fundo está sendo questionada. Ainda segundo os especialistas, a reafirmação do papel do FMI e o fortalecimento do sistema financeiro mundial dependem da inclusão efetiva dos PEDs no processo decisório do Fundo.

A atual discussão sobre a reforma do FMI está fundada em quatro eixos principais: (i) definição do papel do Fundo no sistema financeiro mundial (monitoramento; financiamento; atuação perante países de baixa renda); (ii) aprimoramento dos aspectos de governança do Fundo (alinhamento das quotas e direitos de voto com a realidade econômica); (iii) revisão da estrutura administrativa do Fundo; (iv) ajustes orçamentários;

Os países emergentes defendem a tese de que o primeiro eixo a ser reformado deve ser o da governança, tanto por sua importância quanto pela legitimidade adicional que seria conferida às reformas subsequentes. Em especial, tais países têm se mostrado contrários à discussão sobre a criação de novas missões pelo fundo – proposta dos países ricos –, recusando-se a alterar o mandato da instituição sem antes conseguir concessões quanto às regras de governança.

Reportagem: Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Boorman, Jack. *An agenda for the reform of the International Monetary Fund*. November, 2007. Disponível em: <<http://www.emergingmarketsforum.org/about/pdf/2007%20EMF%20Boorman.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

Agência Terra Espana. *El Consejo Ejecutivo del FMI aprueba reparto de voto que beneficia a Brasil*. (29/03/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=438231>. Acesso em: 10 abr. 2008.

Folha de S. Paulo. *Um primeiro passo*. (03/04/08).

International Herald Tribune. *Academics urge countries to reject IMF vote formula*. (28/03/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=437542>. Acesso em 10 abr. 2008.

Les Echos. *FMI: mini pas vers un renforcement du poids des pays du Sud*. 31/03/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=438849>. Acesso em : 10 abr. 2008.

Ministério da Fazenda. *Nota à imprensa sobre a reforma de quotas e voz.* (28/03/08).

NOTÍCIAS REGIONAIS

Brasil estreita relações bilaterais com Argentina e México

Interessados em incrementar laços e trocas comerciais, o governo brasileiro criou mecanismos informais de consultas com seus parceiros da América do Sul, os chamados Comitês de Monitoramento do Comércio Bilateral. A iniciativa, implementada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), visa à troca de informações, solução de pendências bilaterais e acompanhamento do desempenho do comércio entre os países envolvidos.

Dois desses Comitês reuniram-se entre o final de março e o início deste mês. Representantes do governo e empresariado do Brasil, México e Argentina buscaram, na ocasião, avançar nas agendas de seus respectivos pactos comerciais. As delegações brasileiras foram encabeçadas por membros do MDIC e chefiadas pelo secretário-executivo Ivan Ramalho.

O primeiro evento, ocorrido no último dia 31 de março, no Rio de Janeiro, teve como principal tema da pauta a ampliação do Acordo de Complementação Econômica nº 53 Brasil-México (ACE-53). O Acordo encontra-se em vigor desde maio de 2003 e recebeu protocolos adicionais sobre temas específicos, como solução de controvérsias, certificado de origem e ampliação da preferência tarifária para o ácido tereftálico mexicano. O aumento do número de produtos contemplados pelo ACE-53, que estabelece preferências fixas para cerca de 800 itens, é essencial para o incremento das exportações entre os dois países, segundo Ramalho.

Apesar do interesse no aumento do rol, as negociações para a ampliação do ACE-53 continuam em fase preliminar e nenhum produto específico foi negociado. Alguns itens aguardam resposta do governo mexicano e outros serão apresentados ao Brasil pelo México. A próxima reunião está prevista para junho deste ano.

Seguiu-se a esse evento a reunião do Comitê de Monitoramento do Comércio Brasil-Argentina, sediada em Brasília no dia 2 de abril, na qual foi discutida uma pauta mais extensa. Além de analisar o comércio bilateral, foram debatidas questões específicas sobre produtos como a linha branca, aerossóis, calçados, televisores e alho, bem como defesa comercial para fios acrílicos. Os temas mais importantes – trigo, a proposta para o setor automotivo no Mercosul, e China – foram tratados à parte, em Grupos de Trabalho

Especiais. Os dois países também concordaram em promover a harmonização das estatísticas de comércio exterior, o que deve ser iniciado ainda este mês.

A respeito da cooperação no setor automotivo, a Argentina confirmou seu interesse em receber investimentos brasileiros por meio de linhas que devem incluir financiamentos com crédito do Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A questão terá tratamento específico na reunião do Comitê Automotivo, prevista para final de abril em Buenos Aires.

Por sua vez, o Grupo de Trabalho Especial sobre a China definiu estratégias de promoção comercial conjunta para o relacionamento com a potência asiática, além de discutir temas de defesa comercial de interesse de ambos os países.

Os produtos da linha branca – expressão para eletrodomésticos como geladeiras, fogões, microondas e máquinas de lavar – receberão novas regras técnicas por parte da Argentina, que anunciou a fabricação de novos equipamentos adaptados para o uso racional de energia. O Brasil é o principal fornecedor de eletrodomésticos da linha branca para a Argentina, com a marca de 80% das geladeiras, 87% dos fogões e 60% das máquinas de lavar importados pelo país.

No encerramento da reunião, o Brasil apresentou alguns pedidos aos delegados argentinos. Ivan Ramalho requisitou um exame sobre certos licenciamentos para têxteis que estariam prejudicando as exportações brasileiras, bem como do imposto argentino sobre exportação de sucata de aço. A próxima reunião do Comitê Brasil-Argentina está prevista para maio, em Buenos Aires.

Dados do comércio entre os países

México e Argentina são fortes parceiros comerciais do Brasil e o fluxo de comércio com ambos tem crescido significativamente. O México ocupou a 15ª posição no ranking de fornecedores para o Brasil em 2007, quatro marcas acima da observada em 2006. Nos primeiros meses de 2008, o fluxo de comércio entre os dois países somou U\$ 1,1 bilhão, 20,9% a mais que no mesmo período de 2007. O saldo comercial de 2007 é superavitário para o Brasil em US\$ 2,3 bilhões e a participação mexicana nas exportações brasileiras representou 2,7% do total. Tanto nas exportações brasileiras quanto nas importações de produtos mexicanos, os produtos industrializados representaram a maior parcela, correspondendo a mais de 95% do total.

A Argentina é um dos maiores receptores dos produtos nacionais e respondeu por 19,1% das exportações

brasileiras e 9,4% das importações no primeiro bimestre deste ano. As exportações do Brasil corresponderam a U\$ 2,6 bilhões, valor 53% superior ao mesmo período em 2007. A corrente de comércio entre os países aumentou por volta de 58%, somando U\$ 4,9 bilhões no período. A relação também foi superavitária para o Brasil em U\$ 348 milhões.

O comércio automotivo é o setor mais dinâmico do comércio entre os países. Com exceção do trigo argentino e dos aparelhos transmissores e receptores brasileiros, os produtos de melhor desempenho nas exportações de ambos foram os veículos (de passageiros e de carga), os motores (brasileiros) e as autopeças. Frente ao destaque do setor, foi criado o Comitê Automotivo para negociação de regras específicas para o ramo.

Redação: Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Assessoria de Imprensa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Brasil e México discutem aumento do intercâmbio comercial*. (31/03/2008). Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=8135>>. Acesso em: 04 abr. 2008.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Reunião bilateral de comércio Brasil-Argentina será hoje em Brasília*. (01/03/2008). Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=8139>>. Acesso em: 04 abr. 2008.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Brasil e Argentina harmonizarão estatísticas de comércio exterior*. (02/04/2008). Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=8145>>. Acesso em: 04 abr. 2008.

Aniversário de 17 anos do Mercosul: ainda há muito a ser resolvido

No dia 26 de março, o Mercosul comemorou seu décimo sétimo aniversário. Longe de comemorações com balões e confetes, o aniversário foi marcado por emotivas declarações do Brasil e da Venezuela, pelo clamor da Argentina e do Uruguai pela integração latino-americana e por fortes queixas do Paraguai.

Assimetrias: uma historia sem fim?

O Paraguai foi o Membro que mais alarde fez sobre as assimetrias do bloco: sua chancelaria publicou um

boletim intitulado “Relações Exteriores comemoram com críticas o aniversário da criação do Mercosul”. O documento deixa claro aquilo que o Paraguai vislumbra como sendo as diferenças do Mercosul, bem como as falhas do mesmo.

O texto também sugere mecanismos ideais para alcançar o “sonhado Mercosul”, a partir de um ponto de vista regional e do ponto de vista do Paraguai. Em síntese, os maiores problemas mencionados foram a impossibilidade do país em aceder ao mercado ampliado por força da persistência de medidas não tarifárias e de políticas públicas que distorcem a competitividade. Para o Paraguai, isso implica em um desafio dos investimentos para as economias maiores e, em consequência, um aprofundamento das assimetrias.

Ainda de acordo com o Paraguai, a integração das cadeias produtivas, da política externa comum e da coordenação das políticas macroeconômicas são somente algumas das ações imprescindíveis para que o Mercosul consolide sua posição na região e favoreça todos os Estados Membros.

No mesmo sentido, o setor metalúrgico paraguaio criticou fortemente o funcionamento do bloco: para esse setor, a ausência do conceito de solidariedade não permite que o país seja compensado pelos custos de não contar com uma costa marítima. Assim, o Paraguai passa a ser um “mercado cativo” de Argentina e Brasil, com grandes dificuldades de acesso a matérias primas e insumos, tanto dentro da região como fora. Perante essas e outras deficiências, o país luta por uma renegociação do tratado constitutivo do Mercosul.

O documento da chancelaria, todavia, não é só críticas: ele também valoriza e expõe os avanços do bloco: o reconhecimento formal das assimetrias, um regime de origem diferenciado para o Paraguai, a criação de Fundos de Convergência Estrutural e o aumento do comércio intra e extra-zona.

O Uruguai, por sua vez, afirmou que a política exterior de seu país deu prioridade à relação bilateral com seus irmãos argentinos e brasileiros e continuará dessa maneira. O país também assegurou que o Mercosul é de grande interesse e uma “prioridade estratégica inevitável”.

Conflitos entre os Membros: um gasto de energia desnecessário

No Brasil, Paulo Skaf, presidente da FIESP, manifestou, com muito mais otimismo, que não se deve deixar os setores que representam menos de 1% do comércio apropriarem-se da agenda do Mercosul, em

clara alusão aos litígios entre Argentina e Brasil nos setores automotor, têxtil, de calçados e eletrodomésticos. Para ele, não se deve perder tempo com pequenas questões.

Temas como a invasão de produtos chineses, a crise financeira dos Estados Unidos da América e a paralisação da Rodada Doha de negociações comerciais são, segundo Skaf, de maior relevância para a região nesse momento.

Venezuela: paciência

A aprovação da incorporação da Venezuela ao Mercosul continua pendente nos congressos do Brasil e do Paraguai, apesar do clima nos respectivos governos ser positivo. O Presidente Luis Inácio Lula da Silva mencionou que há sinais positivos na Câmara dos Deputados, mas nem o congresso brasileiro nem o paraguaio estão próximos de aprovar a incorporação da Venezuela.

O chanceler brasileiro defendeu fortemente o ingresso da Venezuela no Mercosul e assegurou que a presença do país permitirá que o bloco converta-se em um mercado comum que integrará toda a América do Sul.

O Presidente venezuelano Hugo Chávez também está otimista e afirmou que os venezuelanos já se sentem parte do Mercosul e estão presentes no bloco de corpo e alma. Até agora, entretanto, tudo indica que a Venezuela deve munir-se de paciência.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. 5 No. 7, 08 abr. 2008.

BREVES MULTILATERAIS

Banco Mundial lança plano alimentar

Um “*new deal*” para uma política alimentar global. Foi em termos não menos ambiciosos que Robert Zoellick, presidente do Banco Mundial, lançou um chamado para uma ação concentrada dos Estados com vistas a combater a fome e a subnutrição, agravadas pelo recente aumento no preço dos alimentos.

O programa, fundado na ajuda emergencial e em esforços de longo prazo para aumentar a produtividade agrícola em países em desenvolvimento, não tem por foco apenas as questões da fome, subnutrição e

acesso a alimentos. Pelo contrário, leva também em consideração as correlações entre alimentos e questões como energia, colheitas, mudanças climáticas, investimentos e a marginalização de homens e mulheres.

A utilização do termo “*new deal*” – em clara referência ao plano estadunidense para a superação da Grande Depressão, nos anos 30 – representa uma forte indicação da seriedade da atual crise alimentar. De acordo com Zoellick, a alta histórica do preço dos alimentos já comprometeria até mesmo a realização de programas de ajuda alimentar: o Programa Alimentar Mundial da ONU (WFP, sigla em inglês), por exemplo, apresentou um déficit de US\$ 500 milhões, causado por um aumento de mais de 40% no preço dos alimentos desde 2007. Tal aumento tornou insuficiente o orçamento do programa e gerou incertezas sobre a capacidade da maior operação humanitária do mundo de cumprir com suas metas para 2008.

Com o objetivo de conter a situação, o Banco Mundial planeja dobrar para US\$ 800 milhões o valor concedido em assistência à agricultura na África. Zoellick instou os países desenvolvidos (PDs) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a preencher a lacuna do orçamento do WFP. Para ele, um esforço maior seria necessário para combater a desnutrição, um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que ele considera esquecido. “A fome e a desnutrição são uma causa, não apenas um resultado da pobreza”, afirmou Zoellick.

O presidente do Banco Mundial afirmou, ainda, que o plano precisa “mobilizar uma ampla gama de parceiros”, dentre os quais o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês), doadores privados, institutos de pesquisa agrícola e “países com grande experiência agrícola, como o Brasil”. Ele também acredita que o próprio Banco Mundial poderia contribuir com planos de emergência destinados aos pobres e estímulos a iniciativas de incentivo para produção e comercialização de alimentos.

Por fim, Zoellick enfatizou a importância de que a Rodada Doha de negociações da OMC seja concluída imediatamente. Ao fazer uma crítica explícita ao sistema comercial vigente e aos subsídios agrícolas praticados por PDs, Zoellick afirmou que a atual situação requer que os Estados rompam o impasse das negociações. “Os pobres precisam agora de preços mais baixos de alimentos, (...) mas o sistema mundial de comércio de agricultura está preso ao passado. O momento de cortar subsídios distorcivos e de abrir os mercados para a importação de alimentos é agora. Se não agora, quando?”

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Banco Mundial. *A Challenge of Economic Statescraft* (02/04/2008). Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:21711307~pagePK:34370~piPK:42770~theSitePK:4607,00.html>>. Acesso em: 07 abr. 2008.

BBC Brasil. *Bird propõe 'new deal' alimentar com ajuda do Brasil* (02/04/2008). Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/04/080402_zoellicknewdealbg.shtml>. Acesso em: 07 abr. 2008.

Folha de São Paulo. *Banco Mundial propõe 'new deal' agrícola* (03/04/2008).

Le Monde. *Le PAM 'sonne l'alarme': l'aide alimentaire mondiale est menacée par la hausse des prix* (26/02/2008). Disponível em: <http://www.lemonde.fr/web/imprimer_element/0,400@23404,501015773,0.html>. Acesso em: 03 mar. 2008.

Banco Mundial. *World Bank President Calls for Plan to Fight Hunger in Pré-Spring Meetings Address* (02/04/2008). Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:21711537~menuPK:34457~pagePK:34370~piPK:34424~theSitePK:4607,00.html>>. Acesso em: 07 abr. 2008.

Negociações sobre mudanças climáticas: tecnologias e propriedade intelectual na mesa de negociação

As negociações sobre mudanças climáticas, que têm como objetivo chegar a um novo acordo sobre o clima global até o final de 2009, tiveram início com disputas em temas centrais. A reunião ocorreu em Bangcoc, Tailândia, e contou com mais de mil negociadores e outros participantes, reunidos para formular um programa de ação concreto para os próximos dois anos.

Durante os intensos cinco dias de reunião, com início em 31 de março e encerramento na noite de 4 de abril, dois principais grupos reuniram-se: o “Grupo de Trabalho *Ad Hoc* sobre Ação Cooperativa na Convenção” (que contou com a participação de todos os Membros da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática – UNFCCC, sigla em inglês) e o “Grupo de Trabalho *Ad Hoc* sobre Futuros Comprometimentos das partes signatárias do Anexo I do Protocolo de Quioto” (com foco em países desenvolvidos signatários que já demonstraram

compromissos de redução de emissão). Os termos do trabalho empreendido por esses grupos foram definidos na Conferência dos países signatários da UNFCCC, em Bali, Indonésia, em dezembro de 2007 (ver *Pontes Bimestral*, v. 4, n. 1, fev. 2008, disponível em: <<http://www.ictsd.org/monthly/pontes/PONTES4-1.pdf>>).

Preparação para o período pós-2012

Com o olhar para o futuro, dois temas abordados pelos negociadores que mais se destacaram foram o papel que diferentes países podem desempenhar e as responsabilidades que podem assumir. Neste ponto, alguns países sugeriram uma abordagem com foco em suas diferentes capacidades e contextos, ainda que isso conduza a uma diferenciação entre os países em desenvolvimento (PEDs). A delegação da Índia apresentou essa polêmica proposta ao sugerir que as emissões *per capita* fossem utilizadas como base para decidir as ações que os países deveriam tomar. De acordo com essa base, a China passaria a pertencer a uma categoria diferente da Índia, país que possui índices mais baixos de emissão *per capita*.

Propriedade Intelectual divide delegados

Um dos pontos centrais para que a mitigação das mudanças climáticas seja bem-sucedida diz respeito à rápida difusão global de tecnologias favoráveis ao clima – sejam elas tecnologias de eficiência em energia, novas fontes energéticas ou energia renovável. Os negociadores passaram, assim, uma parcela considerável de tempo disputando questões relativas à transferência de tecnologia e ao financiamento de arranjos nessa área.

Nesse contexto, temas de propriedade intelectual (PI) tornaram-se um assunto controverso. Alguns PEDs, como Índia e Paquistão, reivindicaram uma flexibilização de padrões de PI para tecnologias relacionadas ao clima, com o objetivo de apoiar sua rápida difusão. A Arábia Saudita foi além, e sugeriu que os países emitam licenças compulsórias para tecnologias relacionadas às mudanças climáticas – o que significa que eles poderiam tomar, unilateralmente, decisões que permitam que suas empresas copiem tecnologias sem necessidade de cumprir os procedimentos normais para bens patenteados.

Alguns países mostravam-se céticos com relação a essa abordagem. Foi esse o caso dos Estados Unidos da América, que afirmaram que a PI não foi responsável por travar a difusão de tecnologias relacionadas ao clima. A China, importadora significativa de tecnologias ambientais, mas também produtora e exportadora em rápido crescimento demandou uma abordagem balanceada e defendeu

que a discussão sobre transferência de tecnologia não seja travada por força de discussões relacionadas à PI.

A reunião culminou com a assinatura de todos os países participantes de um acordo sobre um programa de trabalho com vistas ao acordo de 2009. Neste plano de trabalho, está prevista a realização de mais três reuniões em 2008, cujos temas serão: desmatamento; meios de financiamento de programas de mitigação das mudanças climáticas; e as obrigações ambientais das indústrias. Os documentos finais das negociações de Bangcoc podem ser acessados em: <http://unfccc.int/meetings/intersessional/awg-lca_1_and_awg-kp_5/agendas/items/4346.php>.

O Boletim “*Earth Negotiations*”, que oferece relatos diários e um resumo das negociações, encontra-se disponível em: <<http://www.iisd.ca/climate/ccwg1/>>.

Tradução, adaptação e complementação de texto originalmente publicado em *Bridges Trade BioRes*, Vol. 8, No. 6, 04 abr. 2008.

BREVES REGIONAIS

Levramento do embargo europeu à carne brasileira é criterioso

A União Européia (UE) mantém sua postura cautelosa em relação à liberação do comércio de carne *in natura* brasileira. Após visita de uma equipe de especialistas em março deste ano, 95 fazendas da lista de 200 enviada pelo governo brasileiro foram autorizadas a vender para o mercado europeu. Desde o embargo, iniciado em 31 de janeiro, as exigências européias têm sido alvo de ceticismo e crítica por parte dos produtores e exportadores brasileiros (ver Pontes Quinzenal Vol. 3, No. 4, 3 mar. 2008).

O governo, contudo, confirma sua posição de esforçar-se para implementar o modelo. Readquirir a confiança do bloco europeu no trabalho sanitário desenvolvido no Brasil é o objetivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPE), conforme declarou o Ministro Reinhold Stephanes.

O esforço do país foi reconhecido por Bernard Von Goethem, diretor de Saúde e Bem-Estar Animal da UE, que chegou ao país no dia 7 para visita de uma semana, na qual supervisionou o trabalho de treinamento dos fiscais federais que irão inspecionar as fazendas autorizadas. O delegado de Luxemburgo destaca que a ação demonstra o interesse da UE no

atendimento aos requisitos do acordo, uma vez que o treinamento de inspetores fora da Europa é inédito.

Na avaliação do diretor Goethem, as atividades estão bem encaminhadas, tanto pelos os instrutores europeus quanto pelos fiscais brasileiros. Essa medida também deve servir, segundo ele, para promover o entendimento das medidas sanitárias.

Van Goethem assegurou a manutenção das exigências e apontou que alterações abrangentes nas regras do sistema de rastreamento não serão aceitas pela UE, já que tal cuidado é visto como indispensável à segurança alimentar. O diretor também apontou as deficiências do Sistema de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (SISBOV). Em relação à ampliação da lista, o delegado reconheceu que o rol é pequeno para a produção brasileira, mas vislumbrou a inclusão de novas fazendas.

Mesmo com o anúncio da UE sobre a liberação dos estabelecimentos, surgiram tensões por ocasião dos embarques de carne. Uma circular do MAPE enviada semana passada aos serviços de inspeção recomendava precaução nas exportações para o mercado europeu, o que suscitou questionamentos sobre a efetividade da autorização. A apreensão foi aliviada por outra circular, que confirmou a validade da lista e esclareceu o documento anterior. Segundo o Secretário de Defesa Agropecuária, Inácio Kroetz, o objetivo inicial foi alertar os responsáveis pela certificação dos produtos a terem cuidado redobrado na conferência dos documentos de origem dos animais, em razão de eventuais alterações decorrentes das auditorias do SISBOV.

A confirmação da lista foi endossada por Van Goethem como respaldo aos mecanismos de inspeção brasileiros. O enviado europeu ressaltou, ainda, a necessidade de toda a cadeia trabalhar de forma conjunta – pecuaristas, certificadoras, governo e exportadores – como única forma de lidar com o problema causador do embargo.

Redação Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Rastreabilidade e aftosa são temas de reunião entre MAPA e UE*. (07/04/2008). Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/pubacs_cons!/ap_det_alhe_noticia_cons_web?p_id_publicacao=11609>. Acesso em: 09 abr. 2008.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Lista continua valendo, afirma Kroetz*. (07/04/2008). Disponível em:

<http://extranet.agricultura.gov.br/pubacs_cons/lap_det_alhe_noticia_cons_web?p_id_publicacao=11613>. Acesso em: 09 abr. 2008.

Folha de São Paulo. *UE evita prever ampliação de lista brasileira.* (08/04/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=441598>. Acesso em: 08 abr. 2008.

O Estado de São Paulo. *UE admite rever regra de rastreamento de gado.* (08/04/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=441553>. Acesso em: 08 abr. 2008.

Valor Econômico. *Bloco rejeita mudanças no rastreamento.* (08/04/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=441675>. Acesso em: 08 abr. 2008.

Valor Econômico. *Ministério corrige circular sobre lista da UE e gera confusão.* (08/04/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=441672>. Acesso em: 08 abr. 2008.

CEPAL analisa impacto de Tratados de Livre Comércio em regimes de propriedade intelectual latino-americanos

É preciso evitar a falsa impressão de que os tratados já disseram tudo, que as decisões já foram tomadas, ou que os países já perderam toda a capacidade de exercer soberania. Essas são algumas das principais conclusões a que chega Álvaro Díaz, em livro editado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). A obra trata das obrigações em matéria de direitos de propriedade intelectual (DPIs) contidas nos tratados de livre comércio (TLCs) subscritos por 10 países latino-americanos com os Estados Unidos da América (EUA).

Cenários possíveis

Para Díaz existem dois cenários possíveis para a abordagem dos TLCs em matéria de propriedade intelectual. O primeiro é aquele no qual os países recorrem a uma aplicação demasiadamente rígida das obrigações contidas nos TLCs e, em consequência, conferem uma proteção desproporcional aos DPIs. Tal cenário teria repercussões diretas em detrimento das políticas de saúde pública, especificamente devido à maior dificuldade para adquirir medicamentos genéricos. O acesso ao conhecimento e à cultura

também restaria limitado por este enfoque, bem como os incentivos à inovação.

Neste sentido, o livro chama a atenção para dez cláusulas contidas nos TLC subscritos pelos países latino-americanos em face dos EUA, em que o alcance das obrigações é maior do que o previsto no Acordo da OMC sobre os Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês). Os temas em questão são: (i) patentes de invenção; (ii) informação não divulgada em relação a prazos de proteção, territorialidade e vinculação; (iii) obrigatoriedade da assinatura da Convenção da União Internacional para Proteção de Obtenções Vegetais (UPOV); (iv) direitos de autor e a responsabilidade dos provedores de serviços de acesso à Internet; e finalmente, (v) a observância quanto à legislação interna, procedimentos administrativos e judiciais mais estritos.

TLC: contratos incompletos

O segundo cenário, contudo, contempla a possibilidade que têm os países de conseguir aplicar adequadamente os DPIs, de contar com a habilidade de utilizar as flexibilidades outorgadas pelos próprios TLCs, bem como as disposições multilaterais vigentes, como o TRIPS.

Para o autor, a pedra angular que sustenta a afirmação de que os países contam com a possibilidade de aplicar adequadamente os DPIs é fundada na idéia de que os TLCs são “contratos incompletos”. Deste modo, deve-se entender que tais acordos comerciais, ainda que contenham muitas obrigações para os países signatários, também estão repletos de ambigüidades, silêncios e omissões. Em suma, são “portões abertos”, por onde os Estados podem introduzir legislação, regulamentação e jurisprudência tendentes a criar políticas públicas em matéria de saúde pública, educação, inovação, concorrência e direitos do consumidor.

O documento também analisa os impactos dos DPIs para a inovação, tanto em matéria de patentes quanto no setor agrícola; para as tecnologias da informação e comunicação (TIC); bem como para os produtos farmacêuticos. Em seguida, o autor analisa as consequências em termos de desafios de políticas públicas para os governos.

Conclusões e recomendações

Para o autor, é fundamental encontrar o ponto de equilíbrio entre o incentivo à criação e à inovação, por um lado, e o interesse social de difundir o conhecimento e beneficiar ao consumidor, por outro.

Assim, ele cita o caso da pirataria, pois ainda que seja necessário adotar medidas para reduzi-la, a execução de tal tarefa deve levar em consideração as exceções contidas em instrumentos internacionais, como a Convenção de Berna. Para tanto, considera que ao delito de pirataria devem ser excepcionadas as cópias digitais para uso pessoal ou a função de difusão das bibliotecas públicas.

Do mesmo modo, Díaz entende ser imperativo que os países compatibilizem os temas propriedade intelectual e defesa do consumidor, de modo a evitar que a proteção exclusiva do direito de exploração por um período de tempo converta-se em abuso monopolista do direito em questão.

Em suma, e para lograr uma tomada de decisões consensuais que leve em conta os interesses dos diversos setores implicados, é necessário que tais setores participem ativamente da discussão. É, portanto, indispensável que as bibliotecas públicas, os centros de informática, as associações de consumidores, as pequenas e médias empresas, os Ministérios de Saúde e de Educação, as organizações não-governamentais e os cidadãos em geral façam-se presentes para exigir que seus interesses sejam atendidos. Não obstante, efetivar tal participação requer a redução das assimetrias entre esses setores e aqueles beneficiados pela atual regulamentação dos DPIs.

O livro de Álvaro Díaz, *América Latina y el Caribe: La propiedad intelectual después de los tratados de libre comercio*, encontra-se disponível em: <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/4/32614/P32614.xml&xsl=/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. 5, No. 7, 08 abr. 2008.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:
<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

17 de abril
Reunião do Comitê sobre Acesso a Mercados

18 de abril
Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

21 e 22 de abril
Reunião do Comitê sobre Tratados de Comércio Regionais

22 e 23 de abril
Audiência pública do painel DS 350 sobre o caso *Zeroing*

23 de abril
Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais – Ilhas Maurício

24 de abril
Reunião do Comitê sobre Regras de Origem

25 de abril
Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais – Ilhas Maurício

28 de abril
Reunião do Comitê sobre Licenças de Importação

Reunião do Comitê sobre Práticas *Antidumping*

UNCTAD

Informações:
<<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=1&frmYear=2008&frmNoOfMonths=1&Action=Do+search&intlItemID=2068&lang=1&year=2008&month=12&day=>>>.

19 de abril
Workshop sobre estratégias de desenvolvimento na África: pré-evento da UNCTAD XII
Local: Accra, Gana

20 a 25 de abril
XII Conferência da UNCTAD
Local: Accra, Gana

Fóruns Regionais

Mercosul

Informações:
<<http://www.mercosur.gov.ar/calendario.php>>.

15 de abril de 2008
Reunião do Grupo de Alto Nível para a Superação das Assimetrias
Local: Buenos Aires, Argentina

Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum
Local: Buenos Aires, Argentina

17 de abril
Reunião do Grupo *Ad Hoc* sobre Integração
Local: Buenos Aires, Argentina

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Distribuição da Renda Aduaneira
Local: Buenos Aires, Argentina

21 de abril
Reunião do Comitê Técnico Nº 5 sobre Defesa da Concorrência
Local: Buenos Aires, Argentina

22 de abril
Reunião do Comitê Mercosul Livre da Febre Aftosa
Local: Montevideú, Uruguai

Reunião do Comitê Técnico Nº 3 sobre Normas e Disciplinas Comerciais
Local: Buenos Aires, Argentina

Encontro da Comissão Técnica de Ministros de Justiça
Local: Buenos Aires, Argentina

23 de abril
Encontro da Comissão Técnica de Ministros de Educação
Local: Mar del Plata, Argentina

Reunião do Grupo de Serviços
Local: Buenos Aires, Argentina

28 de abril
Reunião do Instituto Social do Mercosul com Ministros do Desenvolvimento Social
Local: Buenos Aires, Argentina

Reunião do Grupo de Alto Nível para a Reforma Institucional do Mercosul
Local: Buenos Aires, Argentina

CEPAL

Informações:
<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades>>.

15 de abril
Seminário sobre Serviços de Administração Tributária no contexto do processo de descentralização no Executivo do Peru
Local: Santiago, Chile

21 de abril
Reunião de Especialistas sobre a Medição de Gênero e Pobreza
Local: Bogotá, Colômbia

23 de abril
XV Reunião dos órgãos especializados e outras organizações das Nações Unidas sobre o avanço das mulheres na América Latina e Caribe
Local: Bogotá, Colômbia

24 de abril
XLI Reunião da Mesa Diretiva da Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina e Caribe
Local: Bogotá, Colômbia

28 de abril
Seminário Comemorativo dos 60 anos da CEPAL “Visões da América Latina e Caribe”, com Raúl Prebisch
Local: Santiago, Chile

Outros Fóruns

OCDE

Informações:
<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

15 a 16 de abril
Fórum Econômico da América Latina
Local: Cancun, México

16 de abril
Apresentação sobre Gastos Fiscais, organizada pelo Centro de Política Fiscal e Administração com o Centro de Washington da OCDE
Local: Washington, EUA

16 e 17 de abril
Seminário “Tomada de Decisões para Educação”, organizado pelo Diretório para Educação o pelo Governo da China
Local: Pequim, China

17 a 19 de abril
Conferência “Descentralização e Coordenação: Os Desafios para Políticas de Mercado de Trabalho”, organizada pelo Centro de Empreendedorismo, Pequenos e Médios Empreendimentos e Desenvolvimento Local
Local: Veneza, Itália

20 a 22 de abril
Fórum Internacional sobre Energia, com participação da OCDE e da Agência Internacional de Energia
Local: Roma, Itália

23 a 25 de abril

Conferência sobre Eficiência de Recursos, organizada pelo Diretório Ambiental e o Programa Ambiental das Nações Unidas

Local: Paris, França

28 a 29 de abril

Reunião do Comitê sobre Política Ambiental em nível ministerial organizada pelo Diretório Ambiental

Local: Paris, França

09 a 11 de julho

Fórum global sobre migração internacional e desenvolvimento

Local: Bruxelas, Bélgica.

10 a 12 de julho

Workshop sobre a construção da economia de hidrogênio: permitindo o desenvolvimento de infraestrutura

Local: Paris, França.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Seminário sobre Direitos Humanos na FD-USP

Em parceria com a Associação Nacional de Direitos Humanos, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD-USP) organizará, no dia 14 de abril, a partir das 18h, o Seminário “Democracia e Direitos Humanos”. O evento, coordenado pelo professor Eduardo Bittar (FD-USP), contará com a participação dos professores Marcelo Galuppo, coordenador do curso de pós-graduação da Faculdade de Direito da PUC-MG, e Marcelo Cattoni, da pós-graduação da FD-USP e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Para mais informações, telefone para (11) 3111-4015 ou (11) 3111-4027, ou envie um e-mail para <dfd@usp.br>.

FLACSO organiza seminário sobre integração

A Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLCASO) está organizando o seminário intitulado “*Seminario em desarrollo, políticas públicas e integración regional – hacia un Mercosur productivo y social*”, destinado, principalmente, a profissionais, técnicos e funcionários vinculados à temática, atores dirigentes das organizações da sociedade civil e acadêmicos. O seminário contará com cinco seções: “apresentação”; “desenvolvimento e integração”; “situação nacional e regional”; “políticas públicas regionais”; e “o lugar da Argentina e da América Latina no mundo – a construção de uma identidade regional”. O curso terá início em 29 de abril de 2008. O programa pode ser acessado em: <<http://www.flacso.org.ar>>. Para mais informações, telefone para +54 11 5238-

9300, ramal 456, ou envie um e-mail para <integracionregional@flacso.org.ar>.

NetComex oferece curso sobre mercado financeiro chinês

No dia 13 de maio, a NetComex oferecerá o curso “Mercado Financeiro Chinês”, que busca demonstrar o funcionamento do mercado financeiro na China, as alterações pelas quais passou desde a década de 1980 e as modalidades de investimentos no mercado chinês. O objetivo do curso sustenta-se na diferença entre as operações financeiras nos contextos brasileiro e chinês. O programa completo do curso pode ser acessado em: <http://www.netcomex.com.br/agenda.asp?id_curso=79&id_tipo=2>.

Prêmio Mercosul de C&T 2008

Foi lançada a edição de 2008 do Prêmio Mercosul de Ciência & Tecnologia, com o objetivo de distinguir trabalhos de estudantes que apresentem potencial de contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico. Sob patrocínio do Ministério da Ciência & Tecnologia (MCT) e da Petrobras, o prêmio visa ao incentivo a pesquisas sobre o Mercosul e à contribuição para o processo de integração regional. São quatro as categorias do Prêmio: Iniciação Científica (para alunos do Ensino Médio); Jovem Universitário; Jovem Pesquisador; e Integração (para equipes de pesquisadores com ensino superior completo, sem limite de idade). Os interessados devem enviar, até 4 de agosto, um trabalho que aborde o tema dos biocombustíveis (tema escolhido para esta edição) dentro da perspectiva do Mercosul. O prêmio varia de US\$ 2 a 10 mil, de acordo com as quatro categorias. O regulamento pode ser acessado em: <<http://www.unesco.org.br/premiomercosul>>.

Bolsas na Alemanha na área de Ciências Sociais

Em cooperação com a Fundação Fritz Thyssen, a Fundação Humboldt, inaugurou processo de seleção para o Programa de Bolsas Thyssen-Humboldt. As bolsas, voltadas para cientistas sociais latino-americanos, possuem curta duração (duração total de seis meses) e oferecem aos selecionados a oportunidade de desenvolver pesquisas na Alemanha. Durante o período compreendido pela bolsa (dezembro a março), haverá um encontro de bolsistas na Alemanha com o objetivo de formar uma rede especializada e regional. As inscrições para o período 2009/2010 encerram-se em 30 de abril. Para mais informações, acesse: <http://www.humboldt-foundation.de/en/programme/stip_aus/thk.htm>; ou envie e-mail para <info@avh.de>.

Bolsas de estudo para aperfeiçoamento profissional nos EUA

O Programa “*Hubert Humphrey Fellowship Program*” inaugurou o período de inscrições para bolsas de estudo nos EUA no período 2009/2010. O programa aceitará profissionais brasileiros do setor público e do terceiro setor, preferencialmente empreendedores sociais, que possuam um comprovado potencial de liderança nas seguintes áreas: manejo de recursos naturais e meio-ambiente; desenvolvimento e economia agrícola; direitos humanos; drogas (educação, prevenção e tratamento); planejamento urbano e regional (com foco em habitação popular); política e administração de tecnologia (com foco em inovação); políticas e planejamento educacional (democratização, acesso e equidade do ensino superior); e tráfico de pessoas (políticas de prevenção). As inscrições se estendem até 30 de maio de 2008 e serão avaliadas pelo Comitê de Seleção da Fulbright, a qual fará uma pré-seleção e indicará alguns nomes para o Comitê Internacional, responsável pela seleção final, em nível mundial. Os interessados podem obter mais informações por e-mail: hhh09@fulbright.org.br, telefone: (61)3248-8600 ou acesso às seguintes páginas na Internet: <http://www.fulbright.org.br> ou <http://www.humphreyfellowship.org>.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em:
http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

